

Memória e esquecimento na Grécia Antiga: da complementaridade à contradição

Fátima Regis*

RESUMO

Análise da transição da cultura mitológica para a clássica na Grécia Antiga, baseando-se no sentido e na função social das relações entre Palavra, Memória e Verdade. Descreve-se o processo de deslocamento da verdade da palavra mágico-eficaz (enunciação), possibilitada pela memória do sábio-poeta, para a visão e recordação da Verdade Metafísica, tornando a memória um instrumento de distinção entre os discursos verdadeiros e falsos (enunciado).

Palavras-chave: Grécia Antiga; verdade; memória.

SUMMARY

This paper accounts for an analysis of the transition of the Mythological Culture to the Classical Ancient Greece based on the meaning and the social functions of the relationships among Word, Memory and Truth. It describes the process of displacement of the truth of the word magic-efficient (utterance), enabled by the memory of the wizard-poet, to the vision and recall of Metaphysical Truth, making memory a distinctive tool between true and false discourses (proposition).

Keywords: Ancient Greece; truth; memory.

RESUMEN

Análisis de la transición de la cultura mitológica a la cultura clásica en la Antigua Grecia, basándose en el sentido y la función social de las relaciones entre Palabra, Memoria y Verdad. Se describe el proceso de desplazamiento de la verdad de la palabra mágico-eficaz (enunciación), posibilitada por la memoria del sabio-poeta, a la visión y recordación de la Verdad Metafísica, haciendo de la memoria un instrumento de distinción entre los discursos verdaderos y falsos (enunciado).

Palabras-clave: Antigua Grecia; verdad; memoria.

A mitologia grega é uma tentativa de conferir sentido ao mundo. Ao criar os deuses do Olimpo, o homem realiza uma territorialização do pensamento, gerando um sentido, uma espacialização e um tempo, demarcando um modo de presença no mundo. Como Bohadana, acreditamos que “o mito, mais que dizer, explicar, compreender a realidade, funda realidades”. (Apud Lima, 1995, p.17)

O eterno retorno era a concepção grega de tempo, um ciclo que se repetia a cada dez mil anos e implicava dois presentes: o atual, vivido pelos homens, e o mítico-originário, vivido pelos deuses e heróis. Essa ordem reduzia Zeus a um observador do cosmos; o deus maior grego estava impedido de modificar as leis da natureza, porque, atuando nelas, impediria a repetição. No entanto, Zeus atuava no mundo dos homens, possivelmente para garantir a mimesis do tempo real.

Na Grécia Arcaica, é pela repetição, e não pela sucessão de fatos, que se dá a continuidade da tradição cultural e se garante que as façanhas dos deuses sejam conhecidas pelos homens. A narração das histórias mitológicas é imprescindível para se criar e manter o modelo de vida social grega.

Para garantir o ciclo criado pela mitologia grega, uma figura destaca-se: o sábio ou poeta. Para uma civilização que não possui a escrita, as práticas orais afirmam-se como legítimas na continuidade das tradições de um povo. Mas, na Grécia dos séculos XII ao IX a.C., a palavra do poeta era mais do que isso: inspirado pelas Musas Divinas, o poeta é um Mestre da Verdade, seu canto tem o valor de Alétheia (Verdade). De acordo com Detienne (1988, p.15), “a palavra do poeta é solidária a duas noções complementares:

a Musa e a Memória”. Estas duas potências religiosas definem a configuração geral que confere à Alétheia poética sua significação real e profunda.

Na obra de Hesíodo, as Musas aparecem como filhas de Mnemosýne. As Musas são potências religiosas que inspiram os poetas. Habitantes do Olimpo, elas estão presentes em toda parte e tudo sabem: conhecem o presente, o passado e o futuro. É o que demonstra o poeta de *Iliada*, ao convocar as Musas: “Dizei agora, Musas, que tendes vossa morada no Olimpo, pois sois deusas e estais sempre presentes e sabeis todas as coisas, enquanto nós apenas ouvimos rumores e nada sabemos - quem eram os chefes e os governantes dos gregos?”. (Homero, s/d, p.17)

Quanto à Memória, é fácil compreender que assume grande importância em uma civilização sem escrita, pois dela depende a transmissão dos costumes e tradições. Mas a memória do poeta grego diferencia-se da capacidade humana de recordar. Ela não é somente uma tentativa de reconstrução e transmissão do passado às gerações futuras. Para os gregos, a Memória é sagrada e privilégio apenas de alguns homens. A Memória do poeta inspirado é uma onisciência de caráter adivinhatório: mediante uma visão pessoal, ela permite ao poeta acesso direto aos acontecimentos que evoca. Permite-lhe entrar em contato com o mundo dos deuses e vislumbrar o presente eterno. A memória do poeta é, portanto, uma potência religiosa e confere à poesia o estatuto de palavra mágico-eficaz. Na medida em que transcende o tempo dos homens, o canto do poeta transcende os próprios homens: não é a manifestação de uma vontade ou de um pensamento individual, nem a expressão de um agen-

te, de um eu; é função social.

Na Grécia Homérica, devido à associação entre Palavra e Verdade, a função do poeta é dupla: celebrar os deuses imortais e as façanhas dos homens corajosos.

Ao celebrar os deuses imortais, o poeta recita os mitos de emergência e ordenamento das cosmogonias gregas, colaborando para o entendimento do mundo. Aos mitos de origem o poeta associa as histórias do rei divino que, ao derrotar seus inimigos, ajuda a instaurar a ordem no Cosmos, legitimando a estrutura social grega centrada na soberania.

Em uma sociedade aristocrática que valoriza a excelência dos guerreiros, a importância do poeta revela-se também ao consagrar as façanhas dos heróis. O poeta é árbitro supremo. Inspirado pelas Musas, ele decide o valor de um guerreiro: concede-lhe ou não a Memória.

O herói grego, portanto, tinha como maior bem moral a coragem e a bravura. Estas o tornariam digno de ter suas conquistas celebradas pelos poetas, trazendo-lhe o reconhecimento público, o Louvor e a Memória. Do contrário, o guerreiro seria celebrado com o amargo silêncio; ficava-lhe reservado a obscuridade, o esquecimento e a morte.

Isto pode ser evidenciado nos seguintes trechos da *Ilíada*, respectivamente de Louvor e de Censura. No primeiro, Sarpédon, rei dos Lícios, reflete com Glauco que não é sem merecimento que desfrutam de tantas honrarias em sua terra natal, mas por sua bravura, reconhecida por seus súditos. Assim, incita o companheiro à batalha para que, juntos, obtenham grande glória. No segundo trecho, Heitor censura duramente Alexandre por fraquejar diante de Menelau. "Caro amigo, se fugindo desta guerra pudéssemos nos tornar ambos imortais, não lutaria eu entre os mais destacados nem te enviaria para a guerra que enobrece os homens, mas agora, quando certamente dez mil ameaças de morte se erguem diante de nós, das quais o mortal não pode fugir nem se esconder, vamos, seja para glorificar alguém, seja para que alguém nos glorifique". (Homero, s/d, p.134)

"Quando Alexandre semelhante aos deuses o viu (Menelau) aparecer entre as fileiras da frente, sentiu o coração fraquejar e recuou para o meio dos companheiros, fugindo ao destino. E Heitor, ao vê-lo, censurou-o com palavras acerbas: 'Vil Páris, o mais belo no rosto, louco por mulheres, sedutor, oxalá jamais tivesses nascido ou então tivesses morrido soltei-

ro. Realmente eu quisera tal coisa. Muito melhor teria sido tal coisa do que seres objeto de zombaria, olhado com desprezo pelos outros". (Homero, s/d, p.34)

Como podemos concluir pelos exemplos acima, a maior força moral do herói grego é o respeito pela opinião pública. Seu maior bem não é o prazer de uma consciência tranqüila, mas o prazer da timê, a consideração pública. As práticas do Louvor e da Censura caracterizam a Grécia Arcaica como uma cultura da vergonha.

O campo da palavra poética equilibra as duas potências, Louvor e Censura. Ao Louvor se associam a Luz, a Palavra, a Memória e a Verdade. Por sua afinidade com a obscuridade, o silêncio e o esquecimento (Léthe), a Censura é o aspecto negativo do Louvor. No entanto, não existe entre esses conceitos uma idéia de oposição simétrica, mas de complementaridade. Detienne esclarece: "Não há, portanto, de um lado Alétheia (+) e do outro Léthe (-), mas, entre estes dois pólos, desenvolve-se uma zona intermediária, na qual Alétheia se desloca progressivamente em direção a Léthe, e assim reciprocamente. A 'negatividade' não está, pois, isolada, colocada à parte do Ser; ela é um desdobramento da 'Verdade', sua sombra inseparável. As duas potências antitéticas não são, portanto, contraditórias, tendem uma à outra; o positivo tende ao negativo, que, de certo modo, 'o nega', mas sem o qual não se sustenta". (1988, p.41)

Esta experiência dual é vivida pelo próprio sábio-profeta que, como visitante do tempo virtual, precisa esquecer (Léthe) o tempo atual. Portanto, para que haja a Memória do poeta é preciso que haja Esquecimento.

No pensamento mítico, homens e deuses vivem experiências duais. Os opostos não são contraditórios, mas complementares. A ambigüidade não é problema, uma vez que este pensamento obedece à lógica da multiplicidade - a lógica do E. Carneiro Leão afirma: "(...) Zeus, o deus diurno do raio, não é um vitorioso definitivo. Seu domínio se funda na força dos Titãs que sustentam o Olimpo. É que a luz recebe a luminosidade de seus raios do combate com as trevas". (Leão, 1991, p.12)

Em sua fase primordial, a Grécia é uma sociedade da força. Não existe uma polarização entre os pares Bem e Mal, Memória e Esquecimento, Louvor e Censura. Não existe positividade ou negatividade puras. O que existe são forças com vontade

de potência e, enquanto forças, os pares antitéticos estão relacionados a maior e menor intensidade de potência. Bem, Memória e Louvor têm mais intensidade e seus pares complementares, menos.

As práticas a serem evitadas associam-se à covardia e às ações vergonhosas que, por falta de intensidade e vigor, não conduzem ao Louvor e à Memória, e nunca por impureza ou mau-caratismo. Não se questiona o caráter dos homens.

A palavra-diálogo dos guerreiros

A aristocracia guerreira possuía um estatuto particular na sociedade grega. Embora a palavra mágico-eficaz tivesse a função de enobrecer suas façanhas, os guerreiros utilizavam um outro tipo de palavra: a palavra-diálogo, que se acredita ter sido a base do pensamento racional grego. Enquanto a palavra mágico-religiosa é eficaz, atemporal, privilégio de um tipo de homem excepcional e inseparável das condutas e dos valores simbólicos, a palavra-diálogo é laicizada, complementar à ação, limitada no tempo, provida de autonomia.

Os guerreiros agrupam-se em confrarias, segundo suas classes etárias. Estão ligados por relações contratuais, e não por laços de sangue ou parentesco. O estatuto particular dos guerreiros define-se também por algumas práticas institucionais, como jogos funerários, divisão do butim e assembléias deliberativas, que já trazem noções de regras sociais, vida coletiva e de um "pré-direito".

De acordo com Detienne, "é no meio dos guerreiros profissionais que se esboçam algumas concepções essenciais do primeiro pensamento político dos gregos: o ideal de Isonomia, representação de um espaço centrado e simétrico, distinção entre interesses pessoais e interesses coletivos". (1988, p.51) O conceito de Isonomia relaciona-se a três termos: semelhança, centralidade e ausência de dominação unívoca. Estes termos representam um mundo onde os homens que participam da vida pública são considerados iguais. É claro que neste mundo, onde homens 'iguais' decidem em um espaço social público - a Ágora - sobre os interesses comuns, não se pode pensar em uma participação de deuses determinando o sucesso ou a ruína dos homens.

A organização social da aristocracia guerreira junto com a reforma hoplita e o nascimento da pólis fornecem um solo fértil para que o pensamento racional e a

democracia ateniense se estabeleçam. A eficácia da palavra mágico-religiosa cede lugar ao diálogo, à decisão do grupo após ouvir os argumentos prós e contras.

A constituição da pólis

A pólis surge precisamente na experiência grega quando ocorre um desmoronamento das tradições míticas e heróicas paralelamente à emergência do pensamento jurídico e social, possibilitado pelo pensamento racional.

A experiência da cidade é, portanto, uma desterritorialização da experiência mítica e, como tal, desqualifica seus pilares. A figura do sábio é desautorizada como forma de conhecimento; o tempo cíclico é substituído pelo tempo oportuno; a repetição do mundo dos deuses é transformada em sucessão de fatos. Nasce a História. A lei do clã, da terra e do sangue, legitimadas tanto pelo mundo dos homens quanto pelo presente virtual dos deuses, é substituída pela lei jurídica, pelo contrato e pela ação bem realizada.

Não é sem conflitos que o homem grego vivencia mudanças tão profundas. O mundo ambivalente onde os contrários são complementares e as oposições são ambíguas não existe mais no mundo da Lei e da Razão. O pensamento jurídico e racional é dicotômico: a ambigüidade dá lugar à contradição. O cidadão grego acha-se lançado num universo dualista de oposições nítidas. Ele se vê diante de problemas nunca antes cogitados, como a responsabilidade maior ou menor dos agentes humanos nos crimes sociais.

O conflito do cidadão comum é inteiramente justificado. Quando o Direito nascente o torna responsável por seus atos, ele faz com que o indivíduo se interiorize e questione a natureza de suas ações. Na sociedade arcaica este questionamento não se aplicava. As ações censuráveis não punham em questão o caráter de um homem. O que aflige o cidadão da pólis não é apenas o fato de ele responder por seus atos diante de um tribunal, do qual ele desconhece as regras, mas as incertezas sobre seu próprio ser.

A mais importante mudança que a pólis exige do homem grego não é a de ter de respeitar a lei e os costumes, mas a de exercer controle sobre si. Acreditando que para governar os outros é preciso governar-se a si mesmo, a reflexão moral da pólis orienta o cidadão para a soberania sobre si próprio, ou como prefere Foucault (1988, p. 30), para as práticas de si. A ênfase é colocada na relação consigo: a busca por não se deixar dominar pelos apetites, vícios e prazeres, mas ser superior a eles.

A pedagogia da pólis grega é a culpa. O cidadão é responsável por seus atos. O Mal e os atos de paixão não são mais interferência dos deuses, mas de inteira responsabilidade do indivíduo. Portanto, ele precisa provar que não é culpado, pois não teve a intenção. No mundo do pensamento racional não pode haver ambigüidades. Prevalece a lógica do OU. Ação com OU sem Intenção, Bem OU Mal, Verdade OU Mentira, Memória OU Esquecimento. Ele precisa decidir, mas não conhece as regras do novo jogo,



que transpõe para o concreto o que era inteiramente abstrato.

Com a constituição da pólis, novas relações irão se estabelecer entre Verdade, Palavra e Memória na sociedade grega. A Sofística articulará as três potências como instrumentos das relações sociais. A reflexão filosófica desenvolverá processos de reconhecimento da verdade e do real.

Simônides de Céos, poeta nascido em 577 a.C., é visto como um dos precursores do pensamento sofista. Para Simônides, “a palavra é uma imagem da realidade” (Detienne, 1988, p.57) e a poesia não é mais a revelação de uma verdade, apenas a versão de um artista. Simônides descobre o caráter artificial da poesia e a caracteriza como um ofício, rompendo com a tradição do poeta inspirado.

A Memória deixa de ser um dom que permite conhecer o presente eterno e se torna uma técnica, uma faculdade que todos possuem e podem exercitar por meio das regras da mnemotécnica.

Como conclui Detienne, praticar a poesia como ofício, definir a arte poética como ilusão e fazer da memória uma técnica são os empreendimentos de Simônides, que culminam com a desvalorização de Alétheia e reivindicam a doxa para seu lugar.

Diferente da Alétheia que diz o que foi, o que é e o que será, a doxa é uma forma de conhecimento que se aplica ao mundo da mudança, do movimento. Analisando etimologicamente a palavra, Detienne afirma que doxa é tomar o partido que se considera melhor adaptado a uma situação e conclui que a doxa traz a idéia de uma escolha que varia em função do contexto. A doxa estaria situada sob o signo de Apáte (enganho), de ambigüidade, e reverenciaria o tempo da ação oportuna, o kairós.

Simônides é um poeta da Corte, ao mesmo tempo em que se engaja nas questões políticas da cidade. Por sua orientação ambígua e por permitir agir com eficácia e engajamento político no tempo oportuno, a poesia de Simônides é precursora do pensamento sofista.

Os sofistas apostam que o pensamento racional requer a unidade. Como acreditam na existência do múltiplo, desistem do conhecimento e da crença em uma verdade transcendental. Górgias defende que o real não pode ser conhecido, se puder ser conhecido, não poderá ser comunicado. Não acreditando em uma “realidade verdadeira” a ser desven-

dada, os sofistas não se preocupam em compreender o Cosmos e se dedicam ao campo das variações, que é o das relações humanas. Os sofistas afirmam-se como homens de habilidade política e inteligência prática (métis). Se não é possível conhecer, o interesse recai sobre as aparências, que dependem da singularidade de cada ponto de vista. Por essa razão, os sofistas privilegiam o poder da linguagem como instrumento das relações sociais e não como método de conhecimento da verdade. Buscam, portanto, produzir um discurso que tenha a aparência de verdade. Não se preocupam em fixar critérios para classificar as aparências e os discursos segundo o maior grau de verdade ou de falsidade, o que julgam inútil e absurdo, considerando que não existe uma Verdade como referência.

Nessa forma de pensamento, não há lugar para a Alétheia. A Palavra é uma realidade em si, não pretende portar a Verdade. A Memória para os sofistas é apenas uma função secularizada, cujo desenvolvimento é indispensável para a inteligência prática. O pensamento sofista rompe com a tradição mítica, sem instaurar uma nova moral. Palavra, Memória e Verdade são instrumentos das relações sociais e variam de acordo com o contexto.

Como vimos, o mito era acontecimento singular, não pretendia explicar, interpretar ou conhecer o mundo. Quem possuía o saber, então, era o sábio que visitava o presente dos deuses. Com a retirada do sábio da cidade, não havia outra figura que possuísse o conhecimento.

Assim, quando Platão entra em cena na pólis grega, a principal questão para o pensamento era a impossibilidade de conhecer o Cosmos.

Heráclito já postulava tal impossibilidade, por acreditar que não existe uma lei da natureza ou da necessidade. O que existe está em perpétuo devir, como sugerem alguns de seus fragmentos: “De coisas lançadas ao acaso, o arranjo mais belo, o cosmos” e “Não se pode entrar duas vezes no mesmo rio”. (Apud Leão, 1991, p.91)

Da mesma forma, Parmênides, ao postular que “o ser é” e “o não-ser não é”, descartava a possibilidade de comparação e, portanto, de predicação de tudo o que existe, faculdades imprescindíveis para o conhecimento.

Os sofistas, como já vimos, atestavam a relatividade de todo o conhecimento.

É a partir das idéias de Sócrates que

Platão reterritorializa o pensamento grego com uma nova figura - a do filósofo. Este, não possuindo o saber como o sábio, será seu pretendente.

Segundo Dodds (1988), Platão modifica o significado do racionalismo, trazendo uma extensão metafísica - inspirada nos pitagóricos - com a transposição das idéias do plano da revelação para o de uma argumentação racional. Assim, o saber oculto que o sábio adquiria em transe transformou-se em uma visão da Verdade Metafísica, e a recordação xamânica de vidas passadas tornou-se uma reminiscência.

Platão retira o mito de seu enigma fundamental e o domestica, atribuindo-lhe uma função bem definida - a de portador de Verdades Eternas, habitante do Mundo das Essências. Seu pensamento filosófico baseia-se na divisão entre o mundo das Essências e o mundo Sensível. O plano das Essências é o mundo do divino, onde se encontram a Eternidade, a Verdade, a Pureza, a Justiça, a Beleza, a Harmonia e a Sabedoria. É o plano do Ser, imutável, permanente. O mundo sensível é uma cópia degradada do mundo das Essências, submetido à morte, à degradação e, desgastado pelo Esquecimento, plano do não-Ser.

No entanto, como demonstra em Fedro, a alma humana é imortal, de natureza divina e sem pecado, pois antes de descer à Terra e ser aprisionada ao corpo e submetida às paixões terrenas, acompanhou a procissão celeste em direção ao “lugar que está acima do céu” (Platão, s/d, p.153) e vislumbrou as Verdades Eternas. As almas guardam uma tênue recordação do que antes contemplaram e tendem sempre para aquela perfeição que um dia vislumbraram. Contudo, algumas almas viram mais de perto, outras mais ofuscadamente.

Será sobre este dualismo entre as almas que viram mais e as que viram menos, e transformando em oposição a outrora complementaridade do par Memória e Esquecimento, que Platão construirá os pilares da moral grega. A alma que possuir melhor Memória fará melhor uso de suas reminiscências, afastando-se dos interesses humanos e dirigindo o espírito para os objetos divinos, único caminho para a perfeição. De acordo com a classificação tendenciosa do filósofo, as almas que mais contemplarem as Verdades Eternas gerarão um filósofo, um esteta ou um amante; as que menos, um sofista

ou demagogo e, por último, um tirano. A alma deverá, portanto, buscar a purificação por meio da autodisciplina e do comedimento. É a única forma de alcançar a perfeição divina e se salvar.

O universo do pensamento filosófico é também dicotômico. As oposições são nítidas e a lógica prevalente é a do OU. O cidadão terá de escolher entre dois caminhos: o do esforço, do exercício e da Memória, OU o do prazer, do vício e do Esquecimento. O primeiro é a via da salvação, que conduzirá às Ilhas dos Bem-aventurados; o outro caminho levará ao Tártaro. O destino no Além está predeterminado pela escolha feita no mundo sensível: cada um toma o caminho que tem direito.

A filosofia de Platão age como uma gestora de interesses. Para satisfazer o pensamento racional, Platão mantém no mundo sensível as regras nos moldes jurídico-sociais. Para o religioso, Platão oferece a oportunidade de compartilhar a ambrosia do mundo das Essências com os deuses. Para tanto, o cidadão deve seguir as leis da moderação e da responsabilidade que o conduzirão ao mundo dos deuses. Associar o pensamento metafísico ao filosófico tornando-os interdependentes foi o grande insight de Platão: orienta a fé do povo grego na direção da legitimação da ordem social vigente.

Platão cria uma forma de conhecimento que reterritorializa a função do mito. De acontecimento singular que se esgota no campo da experiência-enunciação, o mito é transformado em discurso de origem, relacionado a uma verdade transcendente, e serve como modelo para distinguir os discursos falsos dos verdadeiros.

O poeta e o sofista são expulsos da República. O poeta, que outrora fora um mestre de Alétheia, é o homem das ambigüidades, das experiências duais e das associações livres. O sofista é expulso devido a seu ceticismo e à ausência de Verdade em seus discursos.

Percebemos, finalmente, como as relações entre Palavra, Memória e Verdade articulam-se de forma diferente entre si e entre seus pares, inicialmente complementares e, posteriormente, contraditórios. O que se verifica não é apenas uma mudança lógica na transição do pensamento mítico para o filosófico, mas uma mudança no próprio significado das palavras Memória e Verdade. A Memória do poeta inspi-

rado faz parte da ordem constituinte das coisas. Equilibra Alétheia e Apáte, integrando deuses e homens.

No contexto filosófico, a Alétheia e a Memória não representam funções sociais. A oposição radical entre Memória e Esquecimento torna-se mecanismo de separação entre os "iluminados" que possuem recordações das Essências e os homens "comuns", que vivem à deriva, entregues às paixões mundanas. Nesse tipo de pensamento, a verdade é deslocada da enunciação para o enunciado e serve como método de distinção entre os discursos falsos e verdadeiros, instaurando uma nova moral. Uma moral que constituirá os alicerces da experiência ocidental. Uma moral que tornará contraditórios saber e povo.

Bibliografia

- DETIENNE, Marcel. Os mestres da verdade na Grécia Arcaica. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- DODDS, Eric Robertson. Os gregos e o irracional. Lisboa: Gradiva, 1988.
- FOUCAULT, Michel. A história da sexualidade 2: o uso dos prazeres. 5 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- LEÃO, Emmanuel Carneiro. Os pensadores originários. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1991.
- HOMERO. Iliada. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.
- LIMA, Paulo André Moraes de. Rimas do mundo: o ethos fabulador. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1995.
- PLATÃO. Fedro. Rio de Janeiro: Ediouro: s/d.
- VERNANT, Jean-Pierre & VIDAL-NAQUET, Pierre. Mito e tragédia na Grécia Antiga. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

* Fátima Régis é Professora Assistente da FCSJ/UERJ, Doutoranda em Comunicação e Cultura na UFRJ e Mestre em Comunicação pela ECO/UFRJ.